

Curso

Prestação de contas

Unidade IV – Notificação de
prestação de contas: análise
providências e consequências

Unidade IV – Notificação de prestação de contas: análise providências e consequências	3
4.1 Notificação de prestação de contas: conceito e tipos	3
4.2 Modelos de notificação enviadas ao gestor	9
4.3 Como fazer devolução de recursos	16
4.4 Prorrogação de prazo	20
4.5 Consequências de omissão de prestação de contas ou de prestação de contas de forma irregular	23
4.6 Tomada de Contas Especial	25

Objetivo de aprendizagem

Identificar e executar ações necessárias frente às notificações de prestação de contas enviadas pelo FNDE.

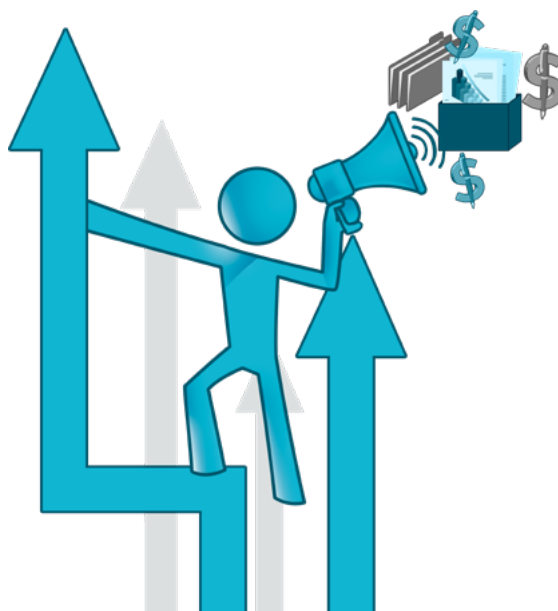
4.1 Notificação de prestação de contas: conceito e tipos

O que é notificação?

Notificar significa informar ou comunicar alguém sobre um acontecimento ou uma decisão importante. A notificação é o documento formal que cumpre o propósito dessa comunicação.

Embora as informações sobre as prestações de contas do FNDE estejam disponíveis no SiGPC Acesso Público e possam ser acompanhadas pela entidade prestadora de contas e por qualquer pessoa interessada, é obrigação do FNDE comunicar à entidade e aos responsáveis eventuais pendências no cumprimento da obrigação de prestar contas, ou irregularidades ou falhas identificadas nas análises das prestações de contas.

A notificação é uma etapa fundamental na garantia do direito ao contraditório e à ampla defesa dos envolvidos. Antes de registrar a inadimplência de uma entidade, o FNDE precisa empreender esforços no sentido de garantir que os responsáveis sejam informados das faltas ou falhas identificadas, para que possam adotar providências visando sanear as pendências.





Saiba mais

O princípio do contraditório e da ampla defesa está declarado no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

O art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal) reforça o compromisso da administração pública com a garantia desse princípio:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Mas o que significa assegurar o contraditório e a ampla defesa em um processo administrativo?

Significa que os interessados têm o direito de tomar conhecimento dos fatos que lhes são imputados e de se opor aos fatos. A Administração Pública deve garantir condições para que os interessados sejam informados da existência do processo e das alegações apresentadas. Além disso, deve oferecer a oportunidade para que eles se defendam das alegações, apresentando justificativas, documentos e provas em sua defesa.

Considerando que as decisões da Administração Pública impactam a vida dos cidadãos, a garantia de que a outra parte também será ouvida, no caso de um litígio, é uma questão de justiça.



A obrigação de notificar está prevista nas resoluções do FNDE, que regulamentam a execução e a prestação de contas dos programas e projetos educacionais. Nesses documentos, estão definidos: as situações em que cabem as notificações, os prazos que os gestores e ex-gestores têm para respondê-las e as consequências nos casos em que não houver resposta. Veja alguns exemplos:

Art. 24. Quando a prestação de contas não for apresentada pela SEE até a data prevista no § 1º do artigo anterior, o FNDE assinalará o prazo de trinta dias corridos, contados da ciência da notificação, para o envio da prestação de contas.

Parágrafo único. Expirado o prazo mencionado no caput deste artigo sem que a situação tenha sido regularizada, o FNDE declarará o responsável omissor no dever de prestar contas e adotará as medidas de exceção, visando à recuperação dos créditos. (Resolução FNDE nº 17, de 7 de outubro de 2020, que estabelece os procedimentos para a execução do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI).

Art. 30. Os responsáveis serão notificados da conclusão da análise:

I – mediante notificação eletrônica via sistema, cuja ciência deve ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias;

II – via postal com Aviso de Recebimento – AR ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado, nos casos de frustrada a ciência por meio eletrônico;

III – por edital publicado no DOU, quando o seu destinatário não for localizado. (Resolução FNDE nº 4, de 4 de maio de 2020, que estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro no âmbito do quarto ciclo do Plano de Ações Articuladas – PAR).

A partir da leitura dessas normas, é possível observar que as notificações podem tanto comunicar a omissão no envio da prestação de contas, como podem informar aos interessados o resultado da análise empreendida pelo FNDE.

No próximo tópico, você conhecerá os diferentes tipos de notificação de prestação de contas do FNDE.

Os tipos de notificação

Quanto à natureza da emissão, as notificações podem ser de dois tipos:

- **Notificação via sistema:** emitida no SiGPC, a partir de comando realizado pelo usuário interno ao FNDE, da Coordenação-Geral de Acompanhamento de Prestação de Contas (CGAPC/DIFIN/FNDE). Essa operação permite a notificação em lote (de várias entidades que se encontram em uma mesma situação em relação a determinada prestação de contas) ou individual (emitida para os responsáveis – gestor e ex-gestores – de uma entidade específica).

- **Notificação postal:** encaminhada pelo correio, por meio de ofício da Coordenação-Geral de Acompanhamento de Prestação de Contas (CGAPC/DIFIN/FNDE). Normalmente é emitida depois que a notificação via sistema não obteve resultado.




Em 2022, com o propósito de aprimorar o processo de notificação e garantir mais agilidade à comunicação com os entes executores, o FNDE desenvolveu um novo procedimento de **notificação eletrônica** às entidades e aos seus dirigentes.

Nesse procedimento, a notificação é encaminhada para os endereços eletrônicos informados pelos gestores e responsáveis cadastrados no FNDE. Os destinatários das mensagens eletrônicas devem confirmar o recebimento e dar ciência da notificação, respondendo ao e-mail encaminhado.

Quanto ao objetivo, as notificações podem ser sobre:

- A **omissão no cumprimento da obrigação de prestar contas**: tem o propósito de comunicar aos responsáveis pela execução dos recursos transferidos que a obrigação de prestar contas não foi cumprida.

As notificações de omissão contêm informações a respeito da prestação de contas e dos responsáveis por sua omissão. Além disso, informam sobre o prazo concedido aos responsáveis para que encaminhem a referida prestação de contas ou devolvam os valores transferidos. A seguir, dois exemplos desse tipo de notificação: a primeira, emitida no Sistema, a segunda, via postal.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

OFÍCIO nº 891E/2022-SEOPC/COPRA/CGCAP/DIFIN/FNDE

Documenta nº:
0007005/2022-9

Brasília, 07 de junho de 2022.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
EVANDRO SCAINI
PREFEITO(A) - PREF MUN DE BALNEARIO ARROIO DO SILVA/SC
AVENIDA SANTA CATARINA, 1122, N° - CENTRO
88914-000 - BALNEARIO ARROIO DO SILVA/SC

Assunto: Notificação por omissão no dever de prestar contas

Senhor(a) Prefeito(a),

1. Trata-se da análise quanto ao cumprimento da obrigação legal do dever de prestar contas assumida em função da transferência abaixo identificada:

Programa	Resolução/CD/FNDE nº	Exercício	Valor Repassado R\$
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Nº 6, de 8 de maio de 2020	2021	193.833,20

2. Ocorre que o prazo para prestar contas encerrou-se em 18/04/2022, e, até a presente data, não foi confirmado o envio da prestação de contas para o FNDE por meio do SIGPC - Contas Online. Dessa forma, evidencia-se que a obrigação de prestar contas não foi cumprida na forma exigida pela Resolução CD/FNDE nº 02/2012.

3. Considerando o período previsto para crédito dos recursos e para execução, bem como o prazo para prestação de contas, foram identificados os seguintes responsáveis:

Nome	CPF	Cargo	Natureza
EVANDRO SCAINI	596.707.899-15	PREFEITO(A)	Responsável e Atual Gestor

4. A obrigação de prestar contas se dá nos termos do Art. 70 da Constituição Federal de 1988 e demais normativos aplicáveis. Dessa forma, concedemos o prazo de 30 dias, a contar da data da ciência deste Ofício, para que seja encaminhada a prestação de contas ou providenciada a devolução dos recursos. No caso de devolução de recursos, cumpre esclarecer que, o valor do débito deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, com base em cada valor e data da transferência, bem como do eventual saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao da execução dos recursos, utilizando-se o Sistema Débito do Sítio do Tribunal de Contas da União - <http://portal.tcu.gov.br/sistema-atualizacao-de-debito/sistema-atualizacao-de-debito.htm>, e quitado via Guia de Recolhimento da União, conforme instruções constantes no endereço <http://www.fnde.gov.br/prestacao-de-contas/gru-devolucao-de-recursos-financeiros>. O índice tem correção mensal, razão pela qual o valor a ser restituído deverá ser atualizado na data da efetiva devolução.

5. Ressalta-se que, em razão do disposto na Resolução/CD/FNDE nº 02/2012 e alterações, o registro e envio da prestação de contas ou de recolhimentos deve ser feito, obrigatoriamente, por meio do SIGPC - Contas Online pelo dirigente da entidade.

6. Conforme Súmula TCU nº 230, compete ao prefeito sucessor apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sob pena de co-responsabilidade. Para evitar o registro de inadimplência da entidade, devem ser enviadas ao FNDE, por meio postal, justificativas, obrigatoriamente acompanhadas de cópia autenticada de Representação contra os responsáveis protocolizada junto ao Ministério Público Federal.

7. Após esgotado o prazo estabelecido, caso não tenham sido adotadas as providências necessárias, será registrada a inadimplência da entidade, bem como levadas a efeito, em relação aos responsáveis, as medidas previstas na Instrução Normativa/TCU nº 71/2012, incluindo, se for o caso, instauração de Tomada de Contas Especial ou registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), sendo que este último ocorrerá em 75 (setenta e cinco) dias a contar da ciência deste.


8. Em tempo, salienta-se, que nos casos de entidades privadas sem fins lucrativos, de acordo com o incidente de uniformização de jurisprudência do TCU exposto no Acórdão nº 2763/2011 - TCU - Plenário, as medidas restritivas e de exceção, citadas no parágrafo anterior, levarão em conta a responsabilização solidária da entidade pelo dano causado ao erário.

f31050f368fdaa7255ded404587cf0
SIGPC - Contas Online
Registro por Processamento Automático do Sistema

Figura – Notificação de omissão via SIGPC
Fonte: FNDE.

SE/FNDE - 296020 - Ofício https://www.fnde.gov.br/sai/controlador.php?acao=documento_imprimir

23034.012447/2022-53 296020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Secretaria Nacional de Gestão e Planejamento
Rua Luís de Camões Miranda, nº 546, Contorno
Telefone: 0800-015151 <https://www.fnde.gov.br>

Ofício nº 15484/2022/Seap/Copra/CGPC/DIN-FNDE

À Sua Excelência
Arthur Henrique da Fonseca Teixeira
Prefeito do Município de Guamaré/MS
Rua Luís de Camões Miranda, nº 546, Contorno
59.588-000- Guamaré/MS

Assunto: Notificação por omissão de prestação de contas - MP 815/2017

Referência: Caso responde a este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23034.012447/2022-53.

Prezado Senhor,

1. Trata-se de análise quanto ao cumprimento da obrigação legal de prestar contas assumida em função da transferência abaixo identificada:

Programa	Resolução/CO/FNDE	Ciclo	Valor Disponível R\$
MP 815/2017	nº 16, de 14 de dezembro de 2018	2017	R\$ 1.50,00

2. O prazo para prestar contas encerra-se em 01 de março de 2023 e, até a presente data, não foi confirmado o envio de prestação de contas para o FNDE por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC - Contas Online). Desta forma, evidencia-se que a obrigação de prestar contas não foi cumprida na forma exigida pela resolução citada acima.

3. Considerando o período previsto para crédito dos recursos e para execução, bem como o prazo para prestação de contas, foram identificados os seguintes responsáveis:

Nome	CPF/CNPJ	Período de Gestão	Cargo	Natureza
Arthur Henrique da Fonseca Teixeira	084.465.484-10	01/12/2021-Atual	Prefeite(a)	Urgente Atual
Eudes Miranda da Fonseca	904.550.884-20	01/01/2021 a 30/11/2021	Prefeite(a)	Responsável no Prazo da Prestação de Contas
Francisco Adriano Holanda Diqueiros	032.313.434-37	17/11/2018 a 31/12/2020	Prefeite(a)	Responsável no Prazo da Execução
Meio Wilmar Miranda da Fonseca	801.462.364-40	01/01/2017 a 16/12/2018	Prefeite(a)	Responsável no Prazo da Execução

4. A obrigação de prestar contas se dá nos termos do Art. 70 da Constituição Federal de 1988 e demais normativas aplicáveis, sendo imperioso que a prestação de contas seja enviada ou os recursos devolvidos. Esclarece-se que, para a devolução de recursos, deve-se estabelecer o valor do crédito na data do pagamento, para os valores não comprovados, utilizando-se o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) e recolher via Guia de Recolhimento da União (GRU), conforme instruções constantes no endereço <http://www.fnde.gov.br/sistema-de-contas/du-devolução-de-recursos-francisco>. O índice tem correção mensal, razão pela qual o valor a ser restituído deverá ser atualizado na data da efetiva devolução.

5. Destacamos que com o inclusão do artigo 13-A na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2011, ou Tribunal de Contas da União (TCU), é facultado ao gestor responsável pelo utilizar recursos o valor principal integral

SE/FNDE - 296020 - Ofício https://www.fnde.gov.br/sai/controlador.php?acao=documento_imprimir

atualizado monetariamente, sem a incidência de juros moratórios, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 4.444, de 12 de junho de 1992. Não obstante, ressaltamos que a quitação é provida com condição resolútiva e ser enviada pelo TCU sob o aspecto de boletim do gestor em Tomada de Contas Especial a ser instaurada e remetida àquela Corte de Contas com esta finalidade.

6. Ressaltamos que, em razão do disposto na Resolução/CO/FNDE nº. 02/2012 e alterações, o registro e envio da prestação de contas ou de recolhimentos deve ser feito, obrigatoriamente, por meio do SIGPC - Contas Online pelo dirigente atual da entidade ou pelo ex-gestor responsável pela execução dos recursos.

7. Caso não tenha realizado o primeiro acesso ao Sistema, após a validação cadastrais do atual gestor junto a esta Autarquia, basta acessar o endereço www.fnde.gov.br/sigpc e clicar no botão "Primeiro acesso: Cadastre-se aqui!". Informar o CPF e o e-mail em "Envio", para que seja enviado automaticamente o e-mail de envio de mensagens com as instruções de acesso ao e-mail da entidade registrada no FNDE.

8. Caso o gestor ou ex-gestor não possua mais o e-mail cadastrado no "Primeiro Acesso", basta utilizar a funcionalidade "Esqueci minha senha", que o e-mail será encaminhado para o e-mail cadastrado no "Primeiro Acesso".

9. Dessa forma, concedemos o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste ofício, para adoção das providências necessárias, como o envio da documentação, ou a devolução dos recursos. Caso a utilização integral dos recursos tenha ocorrido em gestão anterior e, mesmo após articulação com os responsáveis, ficar evidenciada a impossibilidade de se atualizar o envio de prestação de contas, faz-se necessária a adoção de medidas legais contra os responsáveis.

10. Nesse sentido, o FNDE orienta as entidades beneficiárias e os gestores de recursos transferidos que para a suspensão de inadimplência e/ou afastamento da responsabilidade sobre a omissão no dever de prestar contas, as medidas de resgate ao envio de prestação de contas aos gestores responsáveis pela omissão deverão ser apresentadas por requerimento à Coordenação-Geral de Acompanhamento de Prestação de Contas - CGPC, tendo em consideração os seguintes documentos:

- Atos de nomeação/promoção ou exoneração de Prefeito, Secretário, Presidente de Câmara ou outro gestor responsável, de forma a comprovar a legitimidade do polo passivo da Ação Judicial/Representação;
- Extratos bancários de conta corrente e de aplicação utilizadas na transferência, comprovando, por exemplo, a execução ou não execução dos recursos, ou a não gestão do autor da ação sobre o saldo de recursos do instrumento, comprovando inclusive a sua devolução, se for o caso;
- Cópia de Declaração publicada em Diário Oficial local, informando que realizou de buscas em seus arquivos e que não possui (n) gestor(es) anterior(es) e apresentando (n) a documentação original para prestação de contas, assim contendo, dentre outros: ou cópia da Representação ou Ação de Ressarcimento contendo expressamente a seguinte Declaração: ou cópia de processo de Sindicância ou PAD que apurou a ausência de documentos relativos a prestação de contas;
- Cópia da(s) Notificação(ões) expedida(s) ao(s) gestor(es) anterior(es), exigindo a apresentação da documentação referente a prestação de contas de transferência, com o respectivo comprovante de recebimento;
- Cópia do protocolo da Ação de Exibição de Documentos proposta em desfavor do(s) gestor(es) anterior(es), nos termos do Acórdão TCU nº 3400/2020 - Plenário, item 4.3.12 -.

11. Informamos que, caso não sejam adotadas as providências necessárias, será registrada a inadimplência da entidade, bem como lavrada a oferta, em relação aos responsáveis, as medidas previstas na Instrução Normativa/TCU nº 71/2012, incluindo, se for o caso, instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) ou registro no Cadastro Informativo de Crédito não Quilados do Setor Público Federal (Cadin), sendo que este último ocorrerá em 75 (setenta e cinco) dias a contar da ciência deste.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por BRUNO PEREIRA RIBEIRO, Coordenador(a)-Geral de Acompanhamento de Prestação de Contas, em 20/06/2022, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do Decreto nº 8.539 de 8 de outubro de 2015, embaixado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 1.062, de 5 de novembro de 2015, registrado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa nº 1.062, de 25 de fevereiro de 2016.

Figura – Notificação de omissão via SIGPC

Fonte: FNDE.

- O **resultado da análise da prestação de contas**: comunica aos responsáveis, mediante ofício, os resultados das análises realizadas pelo FNDE.

Conforme Portaria específica de regras de análise, quando a análise concluir pela aprovação das contas ou pela aprovação com ressalvas a comunicação pode se dar se dar eletronicamente, por ofício emitido via postal ou publicação no site do FNDE ou no sistema da respectiva prestação de contas.

As que informam dano ao erário também incluem orientações sobre quais providências devem ser adotadas para regularizar as contas, concedendo prazo para que essas providências sejam adotadas, além de comunicar as consequências advindas da permanência das pendências, após esgotado o prazo concedido.



Em todos os tipos de notificação, é concedido um prazo de 30 dias, contados a partir da ciência do(s) notificado(s), para que sejam adotadas, pelo FNDE, as medidas subsequentes em relação às pendências identificadas.

A confirmação de ciência se dá por meio de aviso de recebimento (AR), quando se tratar de notificação postal. Quando a notificação for emitida pelo Sistema, o gestor confirmará o recebimento ao acessar o Sistema. Na notificação eletrônica (por e-mail), é necessário que o destinatário responda a mensagem eletrônica confirmando o recebimento.

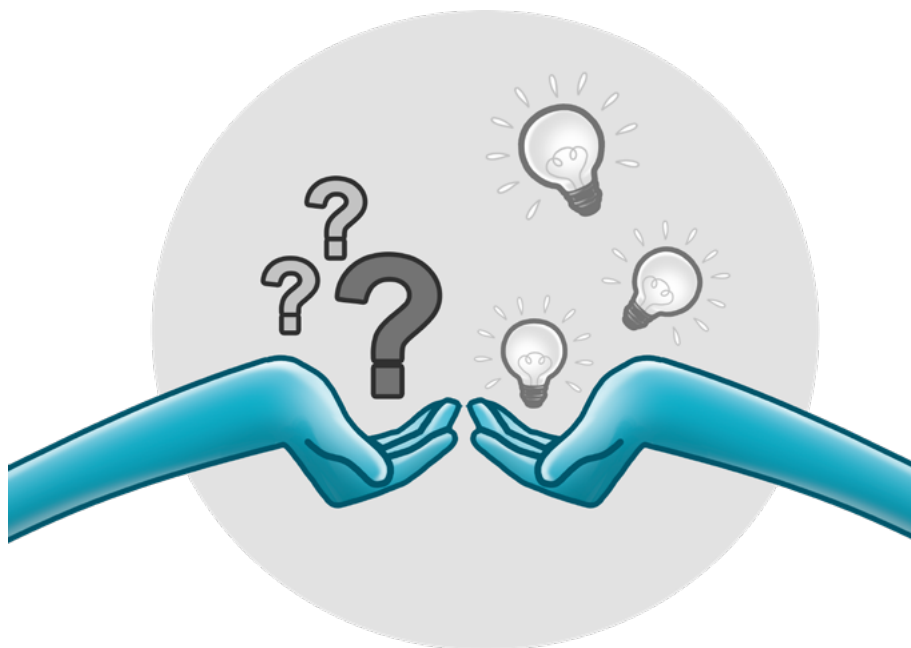
4.2 Modelos de notificação enviadas ao gestor

Após o recebimento e a execução dos recursos dos programas/projetos educacionais, a entidade deve encaminhar a prestação de contas no prazo previsto nos normativos que regulamentam as transferências. O FNDE analisa a prestação de contas recebida, conforme capacidade operacional, emitindo parecer: trata-se de um documento de análise da prestação de contas, a respeito da regularidade da execução dos recursos dos pontos de vista técnico e financeiro.

Nessa avaliação, efetuada pela Autarquia, podem ser identificadas algumas pendências, como as elencadas a seguir:

- **Ausência do parecer do conselho:** corresponde ao não envio do parecer do conselho de controle social sobre a prestação de contas dos recursos executados pelos entes, nos casos em que os normativos dos programas/projetos educacionais exigem o acompanhamento de sua execução pelo conselho de controle social.
- **Despesas inelegíveis:** correspondem aos pagamentos realizados em desacordo com os normativos do programa/projeto.
- **Intempestividade na apresentação da prestação de contas:** ocorre quando a prestação de contas é apresentada após a data limite determinada para o envio, de acordo com o disposto nos normativos do programa/projeto ou dos termos do instrumento pactuados.
- **Não aplicação dos recursos no mercado financeiro:** enquanto não utilizados, os recursos repassados pelo FNDE devem ser aplicados no mercado financeiro, e os rendimentos auferidos devem ser aplicados, exclusivamente, na consecução do objeto pactuado. A ausência da aplicação dos recursos no mercado financeiro resulta em prejuízo ao erário.
- **Divergência no demonstrativo da receita e da despesa:** quando os dados declarados na prestação de contas estão em desacordo com a movimentação financeira evidenciada nos extratos bancários da conta.
- **Despesas não comprovadas:** valores que constam no extrato bancário da conta específica e que não foram declarados em sua totalidade na prestação de contas apresentada.

- **Movimentações indevidas na conta do programa** despesas realizadas em desacordo com os normativos do programa/projeto. Geralmente ocorrem quando há retiradas e devoluções injustificadas da conta específica do programa ou do projeto educacional, e quando há bloqueios judiciais.
- **Omissão no dever legal de prestar contas:** embora essa pendência não seja identificada na análise da prestação de contas, ela é verificada no acompanhamento do cumprimento da obrigação de prestar contas. A irregularidade decorre justamente do não envio da prestação de contas.



Após a análise da prestação de contas, o FNDE notificará a entidade e o(s) responsável(eis) pela execução e/ou pela prestação das contas dos recursos para que se manifestem, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, em relação ao conteúdo da notificação, garantindo-se, assim, a ampla defesa e o contraditório.

Dentro do prazo concedido, os responsáveis poderão adotar providências para o saneamento das ocorrências apontadas. Veja algumas providências que podem ser adotadas:

- **Omissão no dever legal de prestar contas:** para regularizar a situação, é necessário enviar a prestação de contas.
 - Prestação de contas com vencimento anterior a 01 de janeiro de 2012: deve ser enviada por meio dos formulários constantes nas normas que regulamentam a transferência.
 - Prestação de contas com vencimento a partir de 01 de janeiro de 2012: deve ser enviada por meio do SiGPC.

- **Ausência do parecer do conselho:**

- Prestação de contas analisada com vencimento anterior a 01 de janeiro de 2012: o parecer do conselho deve ser enviado por formulário específico, anexo da resolução do programa. Caso não seja possível a emissão do parecer pelo conselho responsável à época, o atual conselho poderá emitir o parecer e encaminhá-lo ao FNDE, acompanhado da justificativa para o envio intempestivo do documento.
- Prestação de contas analisada com vencimento a partir de 01 de janeiro de 2012: o parecer deve ser emitido pelo conselho, obrigatoriamente, no Sistema de Gestão de Conselhos (Sigecon).

De todo modo, é importante que o ente executor e o conselho de controle social estejam atentos ao cumprimento dos prazos para prestar contas.

- **Despesas inelegíveis:** para que seja sanada a irregularidade, é preciso fazer a devolução do recurso impugnado ou apresentar justificativa. Em caso de devolução de recursos, após a quitação do débito apurado, essa ocorrência é identificada na prestação de contas como ressalva grave, que é comunicada pelo FNDE ao TCU. Já em caso de apresentação de justificativa, caso acatada, a despesa passa a ser elegível.

- **Não aplicação dos recursos no mercado financeiro:** para sanar a irregularidade, é preciso fazer a devolução do recurso impugnado.

- **Divergência no demonstrativo da receita e da despesa:** pode ser apresentado novo Demonstrativo ao FNDE, contendo as informações que porventura tenham sido apresentadas de maneira equivocada anteriormente.

- **Despesas não comprovadas:** a comprovação das despesas realizadas poderá ser feita a partir de correção dos dados no Demonstrativo, se for o caso; além do encaminhamento dos documentos comprobatórios dos processos de pagamentos, como notas fiscais, recibos, faturas, entre outros, ou por meio da devolução do recurso.
- **Movimentações indevidas na conta do programa:** um exemplo de movimentação indevida é o bloqueio judicial para fazer frente às dívidas do ente reconhecidas pela Justiça. O bloqueio feito na conta do programa/projeto impede a execução da ação educacional pela indisponibilidade dos recursos. Após a quitação do débito apurado, essa ocorrência é identificada na prestação de contas como ressalva grave e é comunicada pelo FNDE ao TCU.



No parecer, sempre serão indicadas todas as ocorrências observadas e as providências necessárias para sanear-las.

Após decorrido o prazo de envio a prestação de contas enviada pelo SiGPC – Contas Online não pode ser alterada ou cancelada. A exceção a essa regra é o envio complementar das prestações de contas do PDDE e as ações agregadas, que se aplicam apenas às informações contidas no Demonstrativo Consolidado. Por isso, ao receber uma diligência quanto à análise de prestação de contas, a resposta deve ser enviada via protocolo digital, uma vez que o Sistema não tem a possibilidade de reabertura.

O prazo para atendimento das notificações é de 30 dias a contar da confirmação de ciência, por meio do aviso de recebimento (AR), ateste de ciência por meio de sistema ou resposta de e-mail. Caso seja verificado que o prazo para atendimento é insuficiente, a entidade pode solicitar a prorrogação do prazo e o FNDE concede ou não. É importante que as eventuais solicitações de prorrogação de prazo ocorram dentro dos prazos estipulados, para evitar a adoção de medidas de exceção.

No caso das providências que envolvem devolução de recursos para o saneamento de irregularidades financeiras, o valor do débito deve ser atualizado, por meio do Sistema Débito do TCU, monetariamente com aplicação de juros até a data do efetivo pagamento.

No caso das providências que envolvem devolução de recursos para o saneamento de irregularidades financeiras, o valor do débito deve ser atualizado monetariamente com aplicação de juros até a data do efetivo pagamento.



Outra possibilidade para o saneamento da irregularidade é a quitação provisória, prevista no artigo 13-A na Instrução Normativa - TCU nº 71, de 2012, que será tratada na próxima seção. Há, ainda, a possibilidade de quitação do débito a partir de seu parcelamento, nos termos da Portaria nº 457, de 17 de agosto de 2022.

Medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público

O gestor pode deixar de regularizar as ocorrências apontadas na análise de prestação de contas por duas circunstâncias:

Se o atual gestor da entidade estiver, por algum motivo, impossibilitado de regularizar as ocorrências apontadas na análise da prestação de contas, ele deverá adotar as medidas legais cabíveis, visando ao resguardo do patrimônio público.

Para isso, o gestor tem o dever de apresentar à Autarquia o protocolo da petição no Poder Judiciário ou uma representação no Ministério Público, juntamente com cópia da Ação Civil Pública/Ação de Improbidade Administrativa/Ação de Ressarcimento ou da Representação protocolada no Ministério Público, devendo constar, imprescindivelmente, as seguintes informações:

- o nome do ex-gestor responsável pelo recurso;
- a especificação do objeto da prestação de contas (programa/número do convênio ou do termo de compromisso);
- o exercício financeiro correspondente;
- o pedido de ressarcimento integral do dano ao erário.



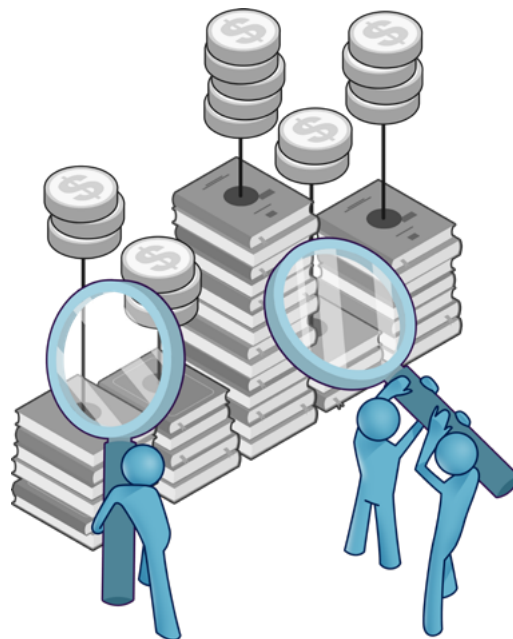
Para refletir

O que o atual gestor deve fazer se for constatada omissão na prestação de contas?

Nos casos de omissão na prestação de contas, o atual gestor também pode tomar providências para sanar a pendência junto ao FNDE. A Súmula 230 do Tribunal de Contas da União (TCU) determina:

Compete ao prefeito sucessor apresentar a prestação de contas referente aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito e o prazo para adimplemento dessa obrigação vencer ou estiver vencido no período de gestão do próprio mandatário sucessor, ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público.

Além das medidas legais citadas anteriormente, não bastará somente a demonstração, de forma inequívoca, da busca da responsabilização do ex-gestor responsável pelo débito apurado. O gestor precisará apresentar elementos comprobatórios de ações concretas em desfavor do ex-gestor faltoso e responsável, visando reunir a documentação de prestação de contas.



Diante do que foi exposto, será imprescindível o encaminhamento, junto com o instrumento jurídico de busca do ressarcimento ao erário, os seguintes documentos:

- a) Atos de nomeação/posse ou diplomação de prefeito, secretário, presidente de caixa escolar ou outro gestor responsável, de forma a comprovar a legitimidade do polo passivo da Ação Judicial/Representação.
- b) Extratos bancários das contas corrente e de aplicação utilizadas na transferência, comprovando, por exemplo, a execução ou não execução dos recursos, ou a não gestão do autor da ação sobre o saldo de recursos do instrumento, comprovando, inclusive, a sua devolução, se for o caso.
- c) Cópia de declaração publicada em Diário Oficial local, informando que realizou as buscas em seus arquivos e que notificou a(s) gestão(ões) anterior(es) a apresentar(em) a documentação exigida para prestação de contas, sem, contudo, obter êxito; ou cópia da Representação ou Ação de Ressarcimento constando, expressamente, aquela declaração; ou cópia do Processo de Sindicância ou PAD que apurou a ausência de documentos relativos à prestação de contas.

- d) Cópia da(s) notificação(ões) expedida(s) ao(s) gestor(es) antecessor(es), exigindo a apresentação da documentação referente a prestação de contas, com o respectivo comprovante de recebimento; cópia do protocolo da Ação de Exibição de Documentos proposta em desfavor do(s) gestor(es) antecessor(es), nos termos do Acórdão TCU nº 2400/2020 - Plenário, item 4.3.22.



Saiba mais

Suspeição de inadimplência



A adoção de medidas legais não sana as ocorrências das prestação de contas administrativamente, mas afasta a responsabilidade do atual gestor, além de manter os efeitos da inadimplência suspensos. A suspensão da inadimplência permite que o ente possa receber novos repasses do programa/projeto. Por isso, mesmo adotando as medidas legais cabíveis, o processo de prestação de contas seguirá os trâmites necessários, e o atual gestor continuará sendo notificado para ter ciência sobre a situação da prestação de contas.

4.3 Como fazer devolução de recursos

No decorrer da execução dos recursos dos programas/projetos educacionais, ou mesmo após a análise da prestação de contas, pode ser constatada a necessidade de devolução de recursos por diversos motivos, tais como:

- **Saldo:** são recursos não utilizados e que não serão ou não poderão ser reprogramados. É comum ocorrer este tipo de devolução, principalmente em projetos educacionais, convênios e termos de compromisso, cujos saldos de recursos devem ser devolvidos ao FNDE após sua conclusão; e no caso de recursos de programas que tenham sido descontinuados.
- **Devolução integral:** é a devolução da totalidade dos recursos transferidos.

- **Despesas não comprovadas:** quando há saída de recursos da conta bancária, porém, não há documentação comprobatória correspondente.
- **Despesa impugnada:** são despesas com bens ou serviços que não se enquadram no objeto da transferência.
- **Prejuízo por não aplicação no mercado financeiro:** ocorre quando os recursos da transferência permanecem na conta corrente, sem aplicação.

Caso seja necessário proceder com a devolução de recursos, é preciso fazê-la por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), documento que possibilita a devolução para a conta única do Tesouro Nacional.



Saiba mais

A devolução de recursos deve ser feita, em regra, por meio de GRU. O único Programa em que a norma permite a devolução de recursos para a conta específica é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

A metodologia de cálculo de débito para com a União é definida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 1603/2011 - Plenário, com nova redação dada pelo Acórdão nº 1247/2012 - Plenário.

Para efetuar a devolução de recursos, é necessário, primeiramente, fazer a atualização dos valores com a incidência de juros de mora, desde a data dos fatos geradores do débito. Esse procedimento aplica-se a todos os motivos de devolução de recurso, exceto:

- saldos, desde que devolvidos dentro do prazo estabelecido nos normativos;
- inexecução total nos casos de convênios, desde que não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos, conforme § 3º, art 26-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Nesses casos, não incidirá os juros de mora. O valor a ser restituído deve apenas ser somado aos rendimentos de aplicação financeira.



Com a inclusão do artigo 13-A na Instrução Normativa - TCU nº 71, de 2012, é facultado ao gestor responsável pelo débito o recolhimento do valor impugnado atualizado monetariamente, sem a incidência de juros moratórios, nos termos do § 2º do art. 12 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. A esse procedimento dá-se o nome de *quitação provisória*.

A quitação provisória só tem caráter resolutivo do débito apurado após avaliação pelo TCU sob o aspecto da boa-fé do gestor em tomada de contas especial (TCE) a ser instaurada pelo FNDE e remetida àquela Corte de Contas com essa finalidade.

O auferimento desses valores é feito por meio do **Sistema Débito**, do TCU.

É recomendado que a atualização dos valores e a aplicação de juros seja feita no dia do efetivo recolhimento.




Saiba mais

Manual do Sistema Débito Web do TCU

Após a atualização dos valores e a inclusão dos juros moratórios, será necessário gerar a Guia de Recolhimento da União (GRU).

Gerado a partir de http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples_parte2.asp

 <p>MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</p>	Código de Recolhimento	18888-3
	Número de Referência	012017
	Competência	08/2017
	Vencimento	15/09/2018
Nome do Contribuinte / Recolhedor: Prefeitura Municipal de Alguém Lugar - Ex	CNPJ ou CPF do Contribuinte	000.000.000/0000-00
Nome da Unidade Favorecida: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	UG / Gestão	153173 / 15253
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal	800,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	70,00
	(+) Juros / Encargos	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN5332C3AA263D521BFA9AE843FB5DDBD4]	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	870,00

899100000008-8 00000001010-3 95523111888-5 80100923654-5




Figura – Guia de Recolhimento da União (GRU)

Fonte: Portal do Tesouro Nacional.



Saiba mais

Devolução de Saldos e Débitos Apurados

Após o pagamento da GRU, é preciso encaminhá-la, juntamente com o comprovante de pagamento, ao FNDE. Caso o recolhimento tenha ocorrido

- **antes** do envio da prestação de contas ao FNDE: a GRU deve ser enviada ao FNDE em conjunto com a prestação de contas;
- **depois** do envio da prestação de contas ao FNDE: a GRU deve ser encaminhada por meio do Protocolo Digital da Autarquia.

O importante é que a documentação seja enviada, pois a Autarquia toma ciência do recolhimento apenas a partir da comunicação do fato.

Sendo constatada a necessidade de devolução de recursos, é necessário realizá-la, independentemente da prestação de contas estar disponível para preenchimento e envio junto ao SiGPC - Contas Online.

Após a devolução do saldo, o comprovante de pagamento da GRU deve ser arquivado para registro, junto ao Sistema, quando da liberação da transferência no SiGPC – Contas Online.

4.4 Prorrogação de prazo

É muito importante que o gestor esteja atento às notificações, bem como ao atendimento dos prazos concedidos pelo FNDE, sejam eles para a apresentação inicial da prestação de contas ou para responder uma notificação que tenha por intuito esclarecer alguma situação específica.



A legislação brasileira contempla, em diversos dispositivos, a garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio, conforme disposto no inciso X, § único, art. 2º da Lei nº 9.784/1999.

Nesse sentido, vale lembrar que cabe ao gestor, perante o FNDE:

- prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- colaborar para o esclarecimento dos fatos e apresentá-los conforme a verdade;
- proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

Ademais, o FNDE deve assegurar ao gestor a possibilidade de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, bem como dar ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, concedendo vista dos autos e dando conhecimento das decisões proferidas.

A concessão do prazo para prestar contas e a duração dos prazos para esclarecimento ou ajuste de situações estão, na maioria das vezes, previstas nas normas dos programas e convênios.

Pode-se citar, por exemplo, na Resolução nº 6, de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o artigo 60, § 5º:

Art. 60 O prazo para a EEx prestar contas no SiGPC Contas Online será até 15 de fevereiro do exercício subsequente ao do repasse, cabendo ao CAE emitir o parecer conclusivo sobre a prestação de contas no Sistema de Gestão de Conselhos – Sigecon Online até 31 de março.

(...)

§ 5º Na hipótese de não envio da prestação de contas, ausência do parecer conclusivo do CAE ou identificada a ausência de documentos exigidos, o FNDE notificará a EEx para, no prazo de 30 dias, contados da ciência da notificação, providenciar a regularização da prestação de contas ou o recolhimento dos recursos devidamente atualizados, acrescidos dos rendimentos de sua aplicação no mercado financeiro, sem prejuízo da suspensão dos repasses de que trata o art. 56.

Vale lembrar que situações atípicas de caso fortuito ou força maior, bem como decretação de estado de calamidade pública (como em casos de pandemia), podem gerar alteração nos prazos. Por isso, é de extrema importância o acompanhamento das publicações por meio do portal do FNDE.



Saiba mais

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Esclarecendo um pouco mais sobre o conteúdo do parágrafo 5º da Resolução do PNAE, a concessão do prazo de 30 dias para a regularização da prestação de contas é o padrão adotado pelo FNDE. Entretanto, na prática administrativa, por vezes ocorrem situações que podem extrapolar esse prazo, ainda que o gestor tome providências para dar celeridade à resposta ao FNDE.

A obtenção de certidões em cartórios, a dificuldade de acesso a determinadas regiões/municípios ou mesmo a reconstituição de documentação extraviada são exemplos de circunstâncias que podem dificultar o cumprimento do prazo. Em situações como essas, com base nos princípios consagrados de razoabilidade, ampla defesa, contraditório e interesse público, pode-se conceder prorrogação de prazo para resposta.

No entanto, essa concessão não é automática e nem serve de salvo-conduto para que o gestor seja isento de apresentar ao FNDE as devidas justificativas. Mesmo nesses casos, o pedido de prorrogação de prazo deve ser solicitado ao FNDE dentro do período inicialmente concedido (Ex: dentro dos 30 dias oferecidos para resposta).

Além disso, os gestores devem evitar agir de maneira temerária, demonstrando sempre boa-fé em suas ações. Nesse sentido, a comunicação ao FNDE das adversidades enfrentadas, bem como a demonstração das atitudes tomadas para esclarecer as inconsistências encontradas nas prestações de contas são fundamentais para sustentar a conduta ética e moral exigida dos gestores públicos.

Ressalta-se ainda, no que concerne à boa-fé, que o TCU deu grande relevância à sua demonstração e inclusive incluiu sua previsão nos processos de Tomada de Contas Especial reguladas pela Instrução Normativa nº 71/2012, conforme texto a seguir:

Art. 13-A. Em qualquer estágio da fase interna, o responsável pelo débito poderá recolher o valor principal integral atualizado monetariamente, sem a incidência de juros moratórios, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.

(...)

§ 5º Reconhecida, pelo TCU, a boa-fé do responsável, não havendo divergência quanto ao valor recolhido e desde que não haja outras irregularidades nas contas, o processo de tomada de contas especial restará sanado e as contas serão julgadas regulares ou regulares com ressalva, operando-se em definitivo a quitação dada ao responsável na fase interna.

§ 6º Não reconhecida, pelo TCU, a boa-fé do responsável ou identificadas outras irregularidades nas contas, o processo seguirá seu curso, com a realização de citação e/ou audiência do(s) responsável(is) pelas irregularidades apuradas nos autos do processo de tomada de contas especial, com a cobrança do débito relativo aos juros de mora desde a ocorrência do fato gerador da irregularidade.

Assim, enfatizamos a importância de o responsável pela prestação de contas responder tempestivamente às notificações emitidas pelo FNDE. E, nos casos de impossibilidade de observância dos prazos inicialmente concedidos, a comunicação dos gestores com as devidas justificativas e atitudes tomadas ou a impossibilidade de fazê-las é primordial para o processo e para eventual análise pelo TCU.

4.5 Consequências de omissão de prestação de contas ou de prestação de contas de forma irregular

Como você já deve saber, a não prestação de contas ou a irregularidade na prestação gera consequências ao gestor responsável. E quais são essas consequências?

É isso que você vai descobrir nessa seção. Vamos lá?

O parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal assevera:

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

A partir desse mandamento, expresso na Lei Maior, é que se extrai a importância de prestar contas.

Mais que um ato informativo com peças contábeis e numerosos itens, a prestação de contas é, antes de mais nada, uma ação de responsabilidade, de moralidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.



Nos últimos anos, o FNDE tem se esforçado para facilitar e tornar mais amplo o acesso dos gestores à prestação de contas. Entretanto, ainda se verificam casos de omissão e irregularidades nas prestações de contas. Essas situações podem causar graves consequências aos entes públicos e aos gestores.



Saiba mais

Módulo de Acesso Público ao SiGPC

Tanto a omissão quanto as irregularidades, quando não sanadas, podem gerar inadimplência da entidade perante o FNDE, e o ente fica impedido de receber novos recursos para aquele programa. Observa-se, ainda, que, no caso de convênios e termos de compromisso, a inadimplência impede que sejam firmados novos convênios e repassados recursos financeiros.

Além disso, tais irregularidades podem suscitar a inscrição dos gestores responsáveis no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) – após 75 dias da notificação. O Cadin é um banco de dados no qual são registrados os nomes dos contribuintes responsáveis por débitos perante órgãos e entidades federais.

O registro no Cadin impede o inscrito de:

- celebrar convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros;
- receber repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;
- receber auxílios e subvenções;
- receber incentivos fiscais e financeiros;
- participar de licitações públicas, entre outros.

Ademais, as omissões e irregularidades podem dar início a um processo de tomada de contas especial, que visa a aplicação de medidas para recomposição de danos ao erário.



Saiba mais

Regularize Cadin

4.6 Tomada de Contas Especial

Você sabe o que é e para que serve a tomada de contas especial? Veja sobre esse tema a seguir.



Para refletir

Quais medidas adotar para responsabilizar o gestor e recompor o prejuízo financeiro após o insucesso nas tentativas internas de resolver as irregularidades?

A tomada de contas especial (TCE) é o procedimento adotado pelo FNDE nesses casos específicos. A TCE tem a característica principal de ser uma medida de exceção, com rito e normas próprias, com o objetivo de fazer a reparação civil indenizatória (ressarcimento do prejuízo), imputando responsabilidade ao agente causador do dano.

Assim, se constatado algum prejuízo, o FNDE deve, primeiramente, esgotar as medidas administrativas para resolução do dano, notificando os responsáveis e aguardando o prazo legal para a resposta e o envio de documentações faltantes e/ou restituição de recursos, instaurando imediatamente a TCE, caso não consiga a correspondente reparação.

O processo de TCE é instaurado internamente pelo FNDE, auditado, certificado pelo órgão de controle interno (Controladoria-Geral da União), com ciência do Ministro de Educação, e julgado, externamente, pelo TCU.



Fundamentos normativos

A legislação brasileira, há tempos, regulamenta a tomada de contas especial, em casos de prejuízo ao erário. Mesmo antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Decreto-lei nº 200/1967 já orientava, no art. 84, as hipóteses de instauração da TCE pela autoridade administrativa competente:

Art. 84. Quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública, as autoridades administrativas, sob pena de corresponsabilidade e sem embargo dos procedimentos disciplinares, deverão tomar providências imediatas para assegurar o respectivo ressarcimento e instaurar a tomada de contas, fazendo-se as comunicações a respeito ao Tribunal de Contas.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 71, inciso II, trata da competência do TCU no julgamento das contas, além de tratar de alguns motivos para a instauração da TCE e daqueles passíveis de responsabilização:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: (...) II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público

Temos ainda a Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443/1992), que disciplina, em vários de seus dispositivos, assuntos afetos à tomada de contas especial; dentre eles, determina em seu artigo 8º que:

Art. 8º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5º desta Lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

A normatização de base e específica sobre o processo de tomada de contas especial encontra-se na Instrução Normativa (IN) TCU nº 71/2012, atualizada pelas INs TCU 76/2012, 85/2020 e 88/2020, que dispõem sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial.

Assim, a IN TCU 71/2012 conceitua a tomada de contas especial da seguinte forma:

Art. 2º Tomada de contas especial é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento.

Parágrafo único. Consideram-se responsáveis pessoas físicas ou jurídicas às quais possa ser imputada a obrigação de ressarcir o Erário.



Pressupostos básicos e fases da TCE

Para a devida instauração da TCE, é necessário que os pressupostos de desenvolvimento e constituição do processo estejam presentes. O artigo 5º da IN TCU 71/2012 trata dessa questão, afirmando que devem existir elementos que comprovem o dano ao erário, a identificação dos responsáveis por tal dano, além de evidenciar a relação entre a conduta dos responsáveis e a situação que deu origem ao dano.

Art. 5º É pressuposto para instauração de tomada de contas especial a existência de elementos fáticos e jurídicos que indiquem a omissão no dever de prestar contas e/ou dano ou indício de dano ao erário.

Parágrafo único. O ato que determinar a instauração da tomada de contas especial, deverá indicar, entre outros:

- I - os agentes públicos omissos e/ou os supostos responsáveis (pessoas físicas e jurídicas) pelos atos que teriam dado causa ao dano ou indício de dano identificado;
- II - a situação que teria dado origem ao dano ou indício de dano a ser apurado, lastreada em documentos, narrativas e outros elementos probatórios que deem suporte à sua ocorrência;
- III - exame da adequação das informações contidas em pareceres de agentes públicos, quanto à identificação e quantificação do dano ou indício de dano;
- IV - evidenciação da relação entre a situação que teria dado origem ao dano ou indício de dano a ser apurado e a conduta da pessoa física ou jurídica supostamente responsável pelo dever de ressarcir os cofres públicos.

É necessário, ainda, que o valor mínimo de débito para instauração da TCE se faça presente. O artigo 6º da IN TCU 71/2012 estabelece que débitos inferiores a R\$ 100.000,00 estão dispensados da tomada de contas especial.

Quando houver o transcurso de dez anos desde o fato gerador do dano, sem notificação do responsável e com prejuízo à ampla defesa, a TCE também estará dispensada (art. 6º, inciso II, IN TCU nº 71/2012).

É necessário, ainda, o esgotamento de todas as medidas administrativas possíveis, buscando a regularização ou o ressarcimento do dano verificado, e possibilitando ao gestor dos recursos arrolado como responsável exercer plenamente seu direito de defesa e contraditório.

Quando todos os pressupostos básicos para constituição do processo forem reunidos, a tomada de contas especial é instaurada pelo órgão repassador dos recursos – no caso, o FNDE. O tomador de contas autuará o processo específico, indicando, de forma circunstanciada, as providências adotadas pela autoridade administrativa, com vistas à recomposição do dano, e emitindo o competente Relatório do Tomador de Contas Especial, dando início à fase interna da TCE.

Posteriormente, o processo de TCE segue para a unidade de auditoria interna, que examinará e emitirá parecer sobre a tomada de contas especial.

Ainda na fase interna, a TCE é remetida à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionado o órgão instaurador – no caso, a Controladoria-Geral da União (CGU) –, para emissão do parecer do dirigente do órgão de controle interno.



Após o trâmite pelo Controle Interno, o processo da TCE é remetido ao pronunciamento do Ministro de Estado Supervisor (Ministro da Educação). A autoridade deve atestar ciência sobre as contas e o parecer do controle interno, nos termos do art. 52, da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU).

Encerrados tais procedimentos e colhido o pronunciamento ministerial, finaliza-se a fase interna, quando a TCE é então remetida ao Tribunal de Contas da União para instrução e julgamento, dando início à fase externa do procedimento.

Com o advento do Sistema e-TCE (sistema informatizado de tomada de contas especial, normatizado pela Portaria TCU nº 122/2018), todo o trâmite operacional da TCE é realizado de modo eletrônico, desde sua instauração, passando por toda a fase interna, fase externa, até o devido julgamento das contas pelo TCU.

Após a conclusão dos trabalhos de cada instância, o processo é automaticamente disponibilizado ao setor ou órgão seguinte, resultando em rapidez no trâmite processual.

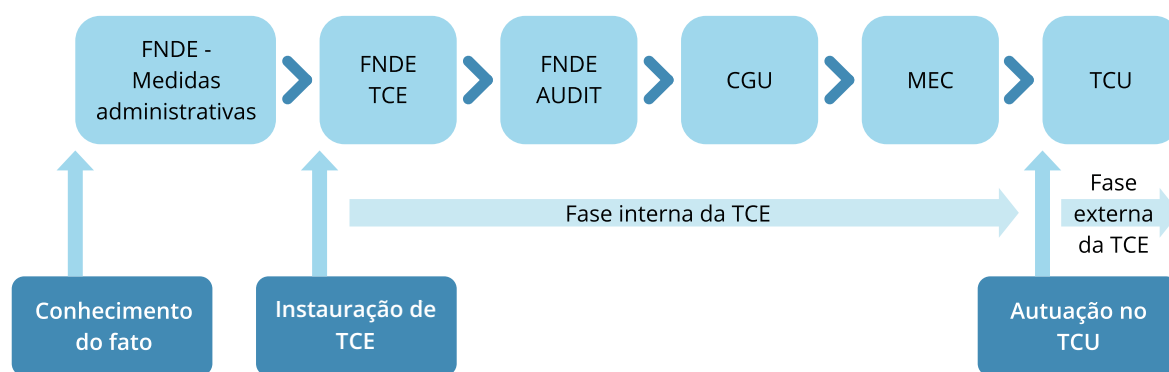


Figura – Fases da tomada de contas especial
Fonte: Elaborada pela área técnica.

Julgamento das contas pelo TCU

Como visto, ao finalizar os procedimentos e as instruções a cargo do tomador de contas especial, do controle interno, e colhido o pronunciamento ministerial, encerra-se a fase interna, e a TCE é, então, remetida ao Tribunal de Contas da União para instrução e julgamento, dando início à fase externa.



No âmbito do TCU, o processo original da TCE, caso contenha os conteúdos e peças exigidas pelas normas, receberá autuação própria e será encaminhado para a unidade técnica responsável pela instrução processual. Se necessário, serão realizadas eventuais diligências ao responsável e serão analisadas as alegações de defesa, caso apresentadas.

Logo após, o processo é encaminhado ao Ministério Público, junto ao TCU, que emitirá parecer e remeterá ao Relator com vistas ao julgamento do mérito pelo colegiado competente. O julgamento das contas especiais é exarado por meio de Acórdão do TCU e pode receber diversos resultados.

A seguir, descreveremos as possibilidades e suas consequências.



As conclusões pela regularidade, a regularidade com ressalvas, a irregularidade sem débito, o arquivamento por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido (nos casos em que fique evidenciado que não há mais débitos a serem ressarcidos) e as contas julgadas ilíquidáveis tem como consequência a baixa do registro contábil de responsabilidade dos devedores, em conta específica do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

E a conclusão das contas junto aos sistemas de prestação de contas utilizados pelo FNDE são: Siafi, Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) e o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), em atendimento ao disposto no art. 16, da IN TCU 71/2012:

Art. 16. A autoridade competente providenciará baixa da responsabilidade pelo débito se o Tribunal de Contas da União:

- I - considerar elidida a responsabilidade pelo dano inicialmente imputada ao responsável;
- II - considerar não comprovada a ocorrência de dano;
- III - arquivar o processo por falta de pressupostos de instauração ou desenvolvimento regular;
- IV - considerar ilíquidáveis as contas;
- V - der quitação ao responsável pelo recolhimento do débito; ou
- VI - arquivar a tomada de contas especial com fundamento no art. 7º, inciso II, desta Instrução Normativa.

Há alguns casos em que o TCU julga pelo arquivamento por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válidos, sem julgamento do mérito e sem o cancelamento do débito. Em tais casos, os registros contábeis de responsabilidade dos devedores serão baixados. Por outro lado, o FNDE continuará obrigado a adotar providências para recuperação dos recursos, pois tais medidas são inerentes à administração instauradora da TCE.

Quando as conclusões dos julgamentos forem pela irregularidade das contas com débito, é registrada ou mantida, conforme o caso, a situação de inadimplência junto aos sistemas de prestação de contas, e é realizado o registro contábil de responsabilidade dos devedores na conta de ativo patrimonial junto ao Siafi, identificando-se a responsabilização final atribuída aos gestores/entidades pelo Acórdão do TCU.

Após o trânsito em julgado do Acórdão condenatório, com débito ao responsável pela TCE, o Ministério Público, junto ao TCU, remeterá o título executivo extrajudicial à AGU, em processo de cobrança executiva, para que ela promova as ações de execução perante a justiça federal.

Por fim, é importante registrar que a tomada de contas especial busca a reparação dos danos ao erário constatados e a verdade dos fatos, sendo que a qualquer momento o responsável poderá apresentar documentação ou restituição, a título de saneamento do débito. Entretanto, uma vez que o processo já se encontre na fase externa do procedimento, o responsável deve ter atenção às diligências do TCU e aos prazos definidos pelo tribunal, conforme Regimento Interno do Tribunal de Contas:

Art. 202. Verificada irregularidade nas contas, o relator ou o Tribunal:

II – se houver débito, ordenará a citação do responsável para que, no prazo de quinze dias, apresente alegações de defesa ou recolha a quantia devida, ou ainda, a seu critério, adote ambas as providências:

§ 2º Na oportunidade da resposta à citação, será examinada a ocorrência de boa-fé na conduta do responsável e a inexistência de outra irregularidade nas contas.

§ 3º Comprovados esses requisitos e subsistindo o débito, o Tribunal proferirá, mediante acórdão, deliberação de rejeição das alegações de defesa e dará ciência ao responsável para que, em novo e improrrogável prazo de quinze dias, recolha a importância devida.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e dará quitação ao responsável.

§ 5º O ofício que der ciência ao responsável da rejeição das alegações de defesa deverá conter expressamente informação sobre o disposto no parágrafo anterior.

§ 6º Não reconhecida a boa-fé do responsável ou havendo outras irregularidades, o Tribunal proferirá, desde logo, o julgamento definitivo de mérito pela irregularidade das contas.

§ 8º O responsável que não atender à citação ou à audiência será considerado revel pelo Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo.

Em síntese

Neste estudo, você conheceu o que é notificação e quais são os tipos de notificações emitidas pelo FNDE, a que se destinam, como são emitidas e quais providências adotar quando o ente é notificado. Estudou, ainda, como deve ser feita a devolução de recursos e quais valores devem ser considerados para tanto. Além disso, viu como e quando deve ser feita a solicitação de prorrogação de prazo, em face de notificação recebida, e quais são as consequências da omissão ou irregularidade na prestação de contas. Por fim, aprendeu o que é a tomada de contas especial e como ela é instaurada.

Parabéns! Você chegou ao final deste conteúdo! Esperamos que tenha alcançado o objetivo de aprendizagem proposto.

Siga em frente para ver as referências, as siglas utilizadas e as nossas palavras finais sobre o que foi tratado neste curso.